

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA APURAR AS CAUSAS E RESPONSABILIDADES PELA RECORRÊNCIA DOS INCÊNDIOS EM FAVELAS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, BEM COMO AS PROVIDÊNCIAS QUE O PODER PÚBLICO VEM ADOTANDO PARA PREVENIR NOVOS SINISTROS E O EFETIVO CUMPRIMENTO DAS FINALIDADES DOS PROJETOS E PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA À POPULAÇÃO (PROCESSO RDP Nº 08-0006-2012)

PRESIDENTE: RICARDO TEIXEIRA

TIPO DA REUNIÃO: ORDINÁRIA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 17/10/2012

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Teixeira) – Declaro aberta a 4ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito Incêndios, Processos nº RDP 08006/12, com a presença dos Srs. Vereadores Membros: Edir Sales, Toninho Paiva e Kamia.

Informo que esta reunião esta sendo transmitida pela internet através do portal da Câmara – www.camara.sp.gov.br, links TV Câmara e Auditórios On-Line.

Temos alguns comunicados a serem lidos: informo a substituição do nobre Vereador Souza Santos, pelo Vereador Oliveira, para a vaga do bloco PSD/PSB, nesta comissão. Recebi dois atestados médicos que justifica a ausência dos Vereadores Toninho Paiva e Edir Sales na reunião do dia 10.

Foram convocados para depor na reunião de hoje os Srs: Roberto Ney Campanha, subprefeito do Jabaquara e Luiz Massal Quita, Subprefeito de São Miguel e Roberto Alves dos Santos, Subprefeito de Vila Prudente.

Comunicado da Presidência. A Presidência, por solicitação dos lideres do partido da Social Democracia Brasileira, PSBB/PV e do bloco parlamentar PSD/PSB, comunica que: fica cessada a designação do Vereador Eliseu Gabriel, para a vaga do PSDB e do Vereador Oliveira para uma das vagas do bloco PSD/PSB na Comissão Parlamentar de Inquérito Incêndios, Processos nº RDP 08006/12, que tem por objetivo apurar as causas e responsabilidades pela recorrência dos incêndios em favelas no Município de São Paulo, bem como as providências que o Poder Público, vem adotando para prevenir novos sinistros e o efetivo cumprimento das finalidades dos projetos e programas de assistência a essa população.

Peço ao Sr. Subprefeito, Roberto Ney Campanha Marciano, que faça a leitura do Termo de Compromisso.

O SR. ROBERTO NEY CAMPANHA MARCIANO – Eu, Roberto Ney Campanha Marciano, convocado para depor perante a Comissão Parlamentar de Inquérito Incêndios, Processos nº RDP 08006/12, que tem por objetivo apurar as causas e responsabilidades pela

recorrência dos incêndios em favelas no Município de São Paulo, bem como as providências que o Poder Público vem adotando para prevenir novos sinistros e o efetivo cumprimento das finalidades dos projetos e programas de assistência a essa população, com prazo de 120 dias. Processo RDP 08006/12...

Comprometo-me, sob as penas da lei, especialmente nos termos do artigo 342 do Código Penal e do artigo 203 do Código de Processo Penal, a dizer tudo o que sei a respeito da matéria enfocada. São Paulo, 17 de outubro de 2012.” Assinado por mim.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Teixeira) – Algum dos pares quer começar a fazer indagações? O nosso Subprefeito quer fazer, primeiramente, algum relato? Por gentileza, está com a palavra.

O SR. ROBERTO NEY CAMPANHA MARCIANO – Na nossa região, nós tivemos o incêndio na favela Babilônia dentro do complexo da favela Alba. Nós estamos implantando nas favelas da região o projeto Previn, que é de combate à incêndio e prevenção de incêndios nas comunidades. Temos já as equipes treinadas, alguns hidrantes já implantados – a Sabesp implantando o restante dos hidrantes -, os equipamentos em fase final de licitação para complementar as equipes que lá se encontram.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Teixeira) – Coronel Marciano, eu vou fazer a primeira pergunta e, depois, eu abro para os pares.

Quando ocorre um incêndio na subprefeitura, qual é o efetivo trabalho que a Subprefeitura tem de fazer?

O SR. ROBERTO NEY CAMPANHA MARCIANO – Imediatamente, a gente leva todo o nosso equipamento ao local - equipamento do serviço da nossa Coordenadoria de Obras -, então, a gente leva caminhões, maquinário para o que for necessário até em apoio ao Corpo de Bombeiros, que é, normalmente, o primeiro que chega ao local.

A gente leva a nossa equipe de Defesa Civil e nos colocamos à disposição para apoiar, no que for necessário, o Corpo de Bombeiros, porque todo o trabalho efetivo que é feito

na sequência é feito pela Secretaria de Habitação, como é o caso de cadastramento das pessoas envolvidas nos incêndios e a distribuição de equipamentos básicos que é feita pela Defesa Civil Central da Cidade.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Teixeira) – No caso da favela Alba, que o senhor colocou, após o incêndio, houve a retomada das famílias nas favelas? A área está em aberto? Qual é o trabalho que a Subprefeitura faz nesse após o incêndio?

R – A área onde eles estavam foi limpa, só que se trata de uma área particular, não é área pública. É uma área de invasão particular. Eles receberam o auxílio aluguel e voltaram a construir no próprio local.

P – Quer dizer, no local onde houve o incêndio, após o incêndio, pelo que estou entendendo, as famílias retornaram ao local, ou seja, eles continuam morando no mesmo local?

R – Reconstruíram as suas habitações e lá se encontram, em área particular. Não é área do Município.

P – Quer fazer alguma pergunta, Vereador Toninho?

O SR. TONINHO PAIVA – Bom dia a todos.

Coronel Marciano, há quanto tempo o senhor está na Subprefeitura do Jabaquara?

O SR. ROBERTO NEY CAMPANHA MARCIANO – 11 meses.

P – Nesses 11 meses, no decorrer, houve só um incêndio?

R – Só esse incêndio significativo.

P – Teve vítimas?

R – Nenhuma vítima.

P – Qual o número de habitantes que tem a comunidade de lá?

R – Como expliquei ao senhor, a favela Alba é grande e é subdividida. Tem um monte de comunidades dentro da favela Alba. Nessa comunidade que pegou fogo, a Babilônia, eram, aproximadamente, 45 famílias.

P – Quando o senhor fala que eles saíram devido ao incêndio e, posteriormente, voltaram, reconstruíram em uma área particular. São divididas as áreas municipais e particulares?

R – Exatamente. As áreas que são municipais, a gente tem as ações, tem os tratamentos. Agora, área particular depende de o proprietário solicitar a posse do terreno novamente.

O SR. TONINHO PAIVA – Nesse caso o proprietário não se manifestou?

O SR. ROBERTO NEY CAMPANHA MARCIANO – Não se manifestou, não senhor.

P – Para aonde foram conduzidas as famílias nesse período?

R – Nesse período, eles receberam salário-aluguel e foram para a casa de conhecidos, parentes, amigos...

P – Demorou quanto tempo para eles voltarem?

R – Uma semana eles estavam reconstruindo os barracos.

P – Receberam um mês de aluguel ou o senhor não conhece?

R – Pela informação que eu tenho, eles receberam um ano de aluguel.

P – Um ano e posteriormente voltaram?

R – Sim, senhor. Exatamente.

P – Um ano, dá 350 mensais?

R – Isso, quatro mil e poucos reais eles receberam.

P – 4.200?

R – Isso. (Pausa) Eu queria também explicar que esse pessoal todo já está cadastrado porque essas comunidades se encontram dentro do projeto Água Espreada. Então, é todo um pessoal já cadastrado que vai ser alocado nos residenciais sociais, que estão sendo construídos, para a construção do túnel e do parque linear, ali da região da Roberto Marinho.

P – Já estão sendo construídos?

R – Têm dois terrenos que já começaram a fazer fundações de edifícios residenciais. Agora está terminando um, da comunidade Corruíra, que é um condomínio para 243 famílias que está em fase terminal, e deve ser concluído até dezembro.

P – Quem está construindo?

R – É o município...

P – Cohab?

R – Não, é a Secretaria da Habitação, pelo que eu saiba.

P – A Secretaria da Habitação, ela tem... A Cohab é um órgão da Secretaria da Habitação. Então, é a Cohab.

R – Sim. Acredito que sim porque é o órgão encarregado de providenciar essas construções, mas ligado à Secretaria da Habitação. Porque a gente tem contato só com o pessoal da Secretaria. A Cohab, na realidade, não tem feito contato com a gente.

P – A Bete França, o senhor tem contato com ela?

R – Tenho, sim, senhor.

P – Ela então é que autorizou o pagamento no caso...

R – Eu não sei dizer ao senhor quem autorizou o pagamento. Essa parte a Subprefeitura não participa. Essa parte de pagamento para as pessoas, tudo, isso aí é a Habi-Sul, é a Seccional da Secretaria da Habitação, é a Habi-Sul a encarregada desses pagamentos.

P – É nessa área que estão sendo construídas duas torres?

R – Não, nessa área, não.

P – Não, nessa área que o senhor falou que o senhor mexeu...

R – Nessa estão sendo construídas 243 unidades porque são quatro torres que vão receber 243 famílias.

P – Quatro torres?

R – Isso, que é ali na comunidade Corruíras, e elas vão ser entregues...

P – Essa área é municipal?

R – Essa é em área municipal, estão sendo construídos esses apartamentos.

P – Não tem previsão de entrega?

R – Dezembro agora.

P – 240 famílias?

R – 243 famílias.

P – Por enquanto, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Teixeira) – Eu vou fazer só mais uma pergunta, é uma questão de esclarecimento até para ficar bem entendido. A área atingida hoje da Favela Alba, que o senhor colocou, como é que ela se encontra hoje, depois do último incêndio? Ou seja, a vida foi retomada normal, está tudo bem? Caracterize como está o fato presente.

O SR. ROBERTO NEY CAMPANHA MARCIANO – Eles voltaram e estão vivendo como estavam antes do incêndio.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Teixeira) – Eu me dou por satisfeito. Vereadora Edir Sales?

A SRA. EDIR SALES – Eu queria saber... Primeiro, as perguntas do Vereador Toninho Paiva foram bastante esclarecedoras, nosso Presidente. Mas queria saber qual é o trabalho da subprefeitura posteriormente à ocorrência das famílias atingidas?

O SR. ROBERTO NEY CAMPANHA MARCIANO – Como eu expliquei aqui e agora, em relação às famílias, é a Secretaria de Habitação que trata do assunto do pagamento do aluguel e localização, colocação das famílias. A subprefeitura tem a função de limpeza do local, de deixar o local em condições que não cause transtorno. Foi o que foi feito pela subprefeitura, e no momento é como está à situação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Teixeira) – O senhor falou do Previn, nessa comunidade tinha o Previn?

O SR. ROBERTO NEY CAMPANHA MARCIANO – Não, nessa comunidade não.

Ela é da Favela Alba, mas não nessa parte onde estava a Favela Babilônia, não.

P – Como é feita a priorização do Previn na sua Subprefeitura?

R – Foram determinadas quatro áreas e nessas quatro áreas é que vão sendo instalados. São voluntários que se apresentaram para participar desse trabalho, os agentes que vão atuar e dessa forma estamos implantando, dentro das comunidades, aonde tem o maior número de habitações. Aonde tem maior aglomerado, nas regiões que estão com maior problema é onde estão sendo implantadas.

O SR. TONINHO PAIVA – Quando ocorreu o incêndio, posteriormente, em seguida, as famílias tiveram que se mudar para outro local. A Prefeitura foi acionada, o departamento que faz a Defesa Civil... Foi feito o pagamento de 4.200 a cada família?

O SR. ROBERTO NEY CAMPANHA MARCIANO – Sim, senhor. Foi essa informação que nós recebemos da Secretaria da Habitação.

P – É meio estranho, paga 4.200 e aí eles voltam para o mesmo local? Quantas famílias possivelmente? O senhor tem o número?

R – 45.

P – É uma coisa meia... Pagar adiantado o bolsa-aluguel, por um ano, e posteriormente eles voltam para o mesmo local... Agora, no ocorrido do incêndio, o que ocasionou o incêndio? Chegou aos “finalmentes”?

R – Não, senhor. Não temos nenhuma informação de órgãos técnicos informando a causa do incêndio.

P – Houve um boletim de ocorrência?

R – Sim, senhor. O Corpo de Bombeiros faz o relatório deles, a Polícia Civil registra o boletim de ocorrência do incêndio no local, a Polícia Técnica comparece ao local, mas até o momento nós não temos nenhuma informação das causas do incêndio.

P – Os senhores foram atrás ou as coisas estão paradas?

R – Não, nós não fomos atrás, não fomos ver a causa não.

P – Presidente, é estranho. Claro, acontece isso aí, está sujeito... Atinge 45 famílias, elas são indenizadas, com um ano de aluguel, logo após voltam para o mesmo local. Não se apura a causa do incêndio, acho que é fundamental, é importante saber o que houve porque pode ser de várias maneiras que tenha acontecido isso daí. E assim umas serem beneficiadas com 4.200. Acho que caberia comunicar o distrito, qual é o distrito?

R – É o 35º Distrito Policial.

P – Ver então no 35º Distrito para ver se podem ver no boletim de ocorrência se tem algum fundamento, se chegaram a algum esclarecimento, do por que aconteceu o incêndio, se tem algum finalmente para a gente esclarecer aqui. Na semana passada, que não houve quórum, e estava aí a Bete França, a gente queria saber o porquê. E chega aí e determina então uma apuração melhor, porque pagar 4.200 por família... Eu acho que o dinheiro da Prefeitura tem que ter uso melhor, e precisa ter cuidado, é dinheiro de todos nós, da população que vive nesta cidade. E esse é um primeiro caso que estamos ouvindo agora.

A SRA. EDIR SALES – Queria reiterar que essa questão que o Vereador Toninho Paiva levanta é de fundamental importância porque é necessário sabermos no BO quais os fatos que levaram àquela ocorrência. Se não, ficamos aqui discutindo um problema que é da Polícia Civil, da Polícia Militar. E vamos aqui ficar discutindo esse problema e nós vamos investigar até o final, porque é muito importante. Creio que a intervenção do Vereador deve ser levada bastante em consideração.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Teixeira) – Eu também concordo com essa fala do Toninho Paiva. Eu estou reiterando aqui para a Secretaria, e “faço” já gravado aqui, que também reitere para todas as delegacias do Município de São Paulo que tiveram ocorrências de incêndios em favelas para que nos remetam todos os boletins de ocorrência, e que também acionem o departamento competente da Polícia Civil, que está fazendo as investigações após o boletim de ocorrência, para que também mandem para nós as investigações que eles estão fazendo, para nós também termos essas informações. E aí, Cel. Marcelo, cabe uma pergunta,

até um pouco na sequência do que o Vereador Toninho Paiva colocou: se ocorre outro incêndio hoje, eles já foram indenizados, já voltaram para o local, vou ser indenizado de novo? Como é que é isso? É isso que eu não estou entendendo.

O SR. ROBERTO NEY CAMPANHA MARCIANO – Aí eu não sei responder para o senhor. Como eu expliquei, não é a subprefeitura que faz o pagamento. Isso daí é da Secretaria da Habitação, então eu não saberia explicar como é que funciona isso lá dentro da Secretaria.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Teixeira) – É, pelo menos ao meu ver, está faltando algum controle da área que está aberta, volta o pessoal, indeniza. Mas a Bete França vai voltar a ser convocado, se é que ainda não foi, e aí ela pode fazer esses esclarecimentos.

Vereador Ushitaro Kamia, alguma pergunta? Mais alguma pergunta, Vereador Toninho Paiva?

O SR. TONINHO PAIVA – Eu só queria que V.Exa. pudesse esclarecer quanto tempo tem ainda esta Comissão Parlamentar de Inquérito?

P – O prazo é 31 de dezembro. A gente pediu a prorrogação, e, até o final desse mandato, é 31 de dezembro. Eu quero sugerir, no momento oportuno, que a gente faça algumas diligências, visite algumas, priorize algumas, que a gente faça reunião com mais periodicidade, que tem muita informação ainda que nós precisamos esclarecer. Mas isso vamos estar discutindo logo após os três subprefeitos falarem.

R – Até nessa área que está sendo construída...

P – Tem que ir lá.

R – Para que a Comissão tenha uma noção. Convidar a própria imprensa, que participe, para ver se realmente há possibilidade de entregar, até o final do ano, a comunidade lá onde houve essa fatalidade.

P – Vereadora Edir Sales, Vereador Ushitaro Kamia, podemos passar para o próximo subprefeito? Alguém mais tem alguma pergunta ao Cel. Marciano, Subprefeito de

Jabaquara? (Pausa) Então podemos encerrar com o Cel. Marciano, Subprefeito de Jabaquara.

Fica já a sugestão acatada. Se algum Vereador quiser se manifestar. O Vereador Toninho Paiva fez a sugestão de visitarmos essa área. Seria uma das prioridades. Nessas áreas estão sendo construídas esses imóveis porque lá vai passar um sistema viário novo. É isso, Vereador?

R – É porque deve ser próximo. Podemos visitar onde ocorreu isso...

P – O incêndio; e onde está sendo feita... E eu sugeriria, Vereador Toninho Paiva, se me permite, que fôssemos acompanhados não só pela Subprefeitura mas também pela Secretaria de Habitação.

R – Sim.

P – Eu vou pedir para a Secretaria, então, fazer esse agendamento com o subprefeito, com os Vereadores, com o Secretário da Habitação. Que a gente rapidamente consiga visitar essa área afetada, essa área que foi incendiada, que voltaram as famílias, e essa área onde está sendo construído esse empreendimento, como o Cel. Marciano colocou.

Então eu vou passar adiante. Na sequência da convocação, o próximo subprefeito é o Subprefeito Luiz Quita, Subprefeito de São Miguel, a quem eu solicito a leitura do Termo de Compromisso antes de iniciarmos a oitiva.

O SR. LUIZ MASSAL QUITA – “Eu, Luiz Massal Quita, convocado para depor perante a Comissão Parlamentar de Inquérito Incêndios, Processos nº RDP 08006/12, que tem por objetivo apurar as causas e responsabilidades pela recorrência dos incêndios em favelas no Município de São Paulo, bem como as providências que o Poder Público vem adotando para prevenir novos sinistros e o efetivo cumprimento das finalidades dos projetos e programas de assistência a essa população, com prazo de 120 dias. Comprometo-me, sob as penas da lei, especialmente nos termos do artigo 342 do Código Penal e do artigo 203 do Código de Processo Penal, a dizer tudo o que sei a respeito da matéria enfocada. São Paulo, 17 de outubro de 2012.” Assinado por mim.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Teixeira) – Muito bom dia, Subprefeito Massal Quita. Eu, preliminarmente, solicito que o senhor faça um relato – quais as favelas que incendiaram, a data –, para que a gente comece a fazer as perguntas.

O SR. LUIZ MASSAL QUITA – Então nós tivemos o incêndio na favela na Vila Nair. Essa favela é a única favela construída a base de madeira, e, por coincidência, ela começou a ser construída em 1º de junho de 2012. Então não faz meses de construção, e para a nossa surpresa – madeira nova – conseguiu pegar fogo. E ela foi construída num local, numa propriedade particular que pertence ao Grupo Votorantim, e numa antiga lagoa. Hoje, logicamente, não tem água, porque estamos numa época de seca, mas, com quase toda certeza, agora em dezembro ela vai estar totalmente ocupada por águas. E não tivemos numa vítima; só uma vítima com ferimento leve.

P – É só essa favela que pegou fogo na Subprefeitura de São Miguel nesse período?

R – Somente essa .

P – E ela é uma favela há muito tempo existente no local, ela está em ampliação...? Conte para nós um pouco o histórico dela?

R – Desde 1º de junho desse ano nós já fizemos 20 operações, tentando não permitir que os elementos invadam o local, mas não teve jeito – chegou o nosso coordenador de fiscalização de obras a ser agredido pelos moradores, ou pelos futuros moradores. E hoje eles já concretizaram a favela. E nós estamos aí já na sexta reunião com a Comissão para verificar como a gente pode... É um parcelamento irregular de solo, na realidade.

P – E a área?

R – Pertence ao Grupo Votorantim. É uma área particular.

P – É uma área privada?

R – Isso.

P – Qual é a ação da Subprefeitura junto a essa área privada? Tem alguma ação

para que não ocorra essa invasão? Como tem esse contato?

R – Então, eu estava dizendo que nós fizemos, de 1º de junho até hoje, mais de 20 operações, procurando fazer com que os elementos não se instalassem lá, os invasores não se instalassem. Mas chegou num momento em que começou a virar agressões, principalmente aos nossos profissionais, e paramos de fazer a operação. Como é uma área particular, eles acabaram se instalando no local.

P – Essa foi uma das últimas, e teve uma repercussão grande na imprensa. Eles fecharam o sistema viário da Jacu Pêssego. Quer dizer, o senhor está colocando que é uma favela nova, madeira nova, tudo novo. Pegou fogo e fecharam o sistema viário. Quer dizer, tinha alguma ação já planejada, vocês, que fizeram 20 ações lá dentro? Tem algum foco de problema? Vocês perceberam isso?

R – Nós achamos estranho, pela época que foi invadido, né, porque esse terreno está um tempão lá e nunca ninguém se preocupou em invadir. De repente, desde 1º de junho, começou a invasão. E o que a gente percebe é que grande parte da favela, dos barracos, não são ocupados. O pessoal colocou lá só para dizer que está morando; mas não tem gente. Então a gente vinha retirando justamente... O que nós podemos fazer é retirar aqueles barracos não ocupados. Mas nós paramos a operação justamente porque começou a haver muitas... O pessoal começou realmente a fazer o enfrentamento à Guarda Civil Metropolitana e aos nossos profissionais.

P – Vereador Toninho Paiva.

O SR. TONINHO PAIVA – Qual o número de habitantes ali, de famílias?

O SR. LUIZ MASSAL QUITA – Então, Vereador, ali a gente estima que o número de barracos que foram afetados estão em 225. Nós estimamos que 225... a parcela... O estimado ali é aproximadamente 800 barracos. Só que eu posso garantir para o senhor que metade não está ocupado.

P – Agora, você citou que vocês têm demolido – você não citou a palavra demolido

–, mas têm feito intervenção para aqueles que não estão habitados.

R – Isso.

P – Vocês chegam a demolir?

R – Então, nós chamamos de operação de desfazimento. Nós constatamos os barracos que não são habitados, e a gente desfaz o barraco: coloca um caminhão e leva o material embora.

P – Posteriormente é novamente construído?

R – Justamente.

P – Outra madeira, madeira nova?

R – É madeira nova, e nós temos informação de que é uma operação orquestrada.

Nós só não podemos garantir quem é que está realmente por trás dessa operação.

P – E isso foi uma denúncia junto à Polícia Civil?

R – Nós mandamos a documentação para o 63 DP. Está ocorrendo um inquérito policial por parcelamento irregular de solo.

P – Essas pessoas que saíram... após o incêndio, se mudaram?

R – Então, foram afetadas 248 famílias...

P – Que se retiraram de lá?

R – Foi.

P – Foram pagas bolsa aluguel?

R – Não, senhor.

P – Essa não foi pago nada?

R – Até agora, seis reuniões, e de cada reunião apareceu uma comissão diferente da outra. Então em seis comissões diferentes eles ainda não se acertaram numa comissão definitiva. Nós não temos essas 248 famílias cadastradas.

P – Agora, Subprefeito Quita, você falou que a partir de 1º de junho que houve esse crescimento, a instalação deles no local. Você é um coronel, tem uma história na Polícia Militar,

é uma pessoa inteligente. Você acha que tem alguma ligação, assim, que possa levar a organização de se instalarem lá?

R – Então, nós, discutindo com nossos coordenadores, chegamos à conclusão de que realmente é uma operação orquestrada. Nós só não conseguimos verificar quem está por trás disso. Porque é muito estranho que, desde 1º de junho, justamente na época eleitoral, o pessoal começou a invadir, visto que essa área não tinha nenhuma moradia já há muito tempo, né.

P – É, eu não quis falar a palavra “período eleitoral”, mas geralmente a gente... Nasci em São Paulo, conheço já algumas coisas assim desse tipo, que a proximidade do pleito, não só as instalações organizadas, mas também elas acabam se incendiando, haja vista o que aconteceu na área do Jabaquara, lá na comunidade Alba, que receberam de um ano (?) e já voltaram para o local. No caso, no seu não houve essa colocação de eles voltarem para lá ou ter recebido. Mas estranha muito essas proximidades aqui de eleição e acontecer esses fatos aí. Outra: há uma investigação correndo, ainda, para o que causou esses incêndios?

R – Então, as partes foram... O boletim de ocorrência foi feito no 63º DP, e até agora não foi concluído sobre a causa que deu motivo.

P – Tá, porque, como você bem colocou: madeira nova... São benfeitinhos até?

R – É, razoavelmente, né. Mas as madeiras são todas novas.

P – E assim que aconteceu, que vocês retiraram alguns, posteriormente, logo em seguida...

R – Cinquenta por cento já estão refeitos – os barracos.

P – Acho que... Viu, presidente, é uma coisa para realmente se pensar em fazer pessoalmente, porque, com toda a prioridade e a confiança e idoneidade que é o Subprefeito Quita, de São Miguel, eu acho que é necessário conhecer um pouco mais de perto. Porque se nos dispusemos a fazer uma Comissão Parlamentar de Inquérito, é para que a gente apure, chegue à alguma coisa, finalmente, para que a gente possa esclarecer à sociedade dessa

cidade.

A SRA. EDIR SALES – Eu gostaria de perguntar se houve alguma ação do Grupo Votorantim para a retirada desses invasores.

O SR. LUIZ MASSAL QUITA – Nenhuma. Eles foram informados, e não teve nenhuma providência por parte deles. Quem tomou a iniciativa foi a subprefeitura. Nós acionamos a Guarda Civil Metropolitana, com o apoio da PM, para tentar impedir a invasão.

A SRA. EDIR SALES – O que eu acho bastante estranho, Sr. Presidente. Eu acho bastante estranho, porque se é área do Grupo Votorantim, eles teriam interesse maior nesse sentido de verificar o porquê de tudo isso.

O SR. LUIZ MASSAL QUITA - Não está ainda no papel, mas eles teriam vendido esta área para uma associação, mas também ninguém se manifestou até agora. Nós estamos verificando realmente o proprietário do local, o último proprietário, mas o último papel nosso, na nossa documentação, consta como Votorantim.

A SRA. EDIR SALES - Então, acho que nós poderíamos, diante dessa resposta, nobre Subprefeito, fazer o requerimento à Votorantim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Teixeira) – Eu, acatando a sugestão dos dois Vereadores, vou pedir para a Secretaria, então, fazer um novo requerimento. Primeiro, consultando a Prefeitura, de quem é esse lote oficialmente e, paralelamente a isso, já disparando também o requerimento, oficializando à Votorantim, perguntando se a área era deles e quais as providências que eles vêm tomando, em função dessa última ocorrência. Agora, Subprefeito Massal Quita, o senhor falou que está lá na 63 DP. O senhor chegou a ser ouvido? Algum funcionário da Subprefeitura chegou a ser ouvido nesse boletim de ocorrências, nessas investigações?

O SR. MASSAL QUITA - Até agora não.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Teixeira) - Deixa até eu voltar, desculpe, Coronel Marciano, o senhor está aqui ainda. O senhor chegou a ser ouvido lá na delegacia? Algum

policial, neste requerimento o senhor foi solicitado? Alguém da Subprefeitura foi solicitado?

O SR. CEL. MARCIANO – Não, até o momento não.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Teixeira) – Tem a palavra o nobre Vereador Toninho Paiva.

O SR. TONINHO PAIVA - Acho que... se V.Exa. concluir que fazer um requerimento ou a presença da autoridade policial que estava de plantão no ocorrido, que ele fosse convidado a vir depor e também mandar por escrito o andamento que está o processo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Teixeira) – Era essa...o Vereador Toninho Paiva leu aqui meu pensamento, eu fiz para os dois e vai valer para o terceiro Subprefeito para que a gente, se não foi feito, ainda faça pela Secretaria. Vou fazer um novo requerimento pedindo em que pé que estão as investigações e já sugerindo data para que esses responsáveis por essas delegacias venham até aqui a CPI prestar esses esclarecimentos porque tem, no caso da favela de São Miguel...há quanto tempo ela já pegou fogo?

O SR. LUIZ MASSAL QUITA - Eles estão lá desde primeiro de junho.

P – Desde primeiro de junho e o senhor nunca foi ouvido pela delegacia? Ninguém da Subprefeitura?

R – Eles começaram a se instalar em primeiro de junho.

P – Mas, o incêndio foi?

R – O incêndio, estamos em outubro, foi mês passado, final de agosto.

P – Vou pedir para a Secretaria mais um requerimento, então, convocando os responsáveis pelas delegacias das duas Subprefeituras que tiveram essas ocorrências para que a gente consiga ter mais apuração. Realmente, tem algumas coisas para esclarecer que não dependem só do Subprefeito, mas também dependem da autoridade policial local para que venha aqui apurar.

Mais alguma coisa, Vereador Toninho Paiva?

O SR. TONINHO PAIVA – Ficou registrado logo no início que precisamos conhecer

de perto para ver realmente...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Teixeira) – Perfeito, então, também fica mais um requerimento. A gente já vai visitar a favela Alba. Essa favela, como é que ela chama, Subprefeito?

O SR. LUIZ MASSAL QUITA - Nós denominamos de Vila Nair, Favela na Vila Nair.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Teixeira) – Então, fica aqui posto mais um requerimento para ser aprovado pelos membros da comissão de também uma visita à favela da Vila Nair. Mais alguma pergunta ao Subprefeito Massal Quita? Vereador Ushitaro Kamia, Toninho Paiva, Edir Sales? Só para eu concluir, então, Subprefeito, já lhe agradecendo. Não houve indenização das famílias e depois do incêndio as famílias voltaram?

R – Cinquenta por cento já se encontram novamente no local e eles não foram indenizados mesmo porque ainda não foram nem cadastrados. Aqueles barracos afetados nem eles chegaram à conclusão de quem realmente perdeu o seu barraco, tamanha confusão.

P – Vereador Toninho Paiva, procedimentos diferentes: um já foi indenizado tudo, outro não foi indenizado nada, por isso que é importante que a Secretária Adjunta de Habitação, Elisabete França, venha aqui para tirar essas dúvidas e veja de que forma o Erário Público está entrando dessa forma. Quais são esses procedimentos para que a gente apure isso, Vereador.

O SR. TONINHO PAIVA – Causa surpresa, os Subprefeitos que estão aqui e demais membros dessa comissão. Eu gostaria de saber a quem interessa essas coisas aí? Sabe. Quem está interessado em pagamento por um ano?

Quem está interessado em construir rapidamente, refazer os barracos? Porque eu acho que esta Casa aqui, eu nunca vi que a gente pegasse uma Comissão Parlamentar de Inquérito e pudesse se debruçar para procurarmos ir realmente a fundo saber quem está interessado nesses incêndios.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Teixeira) – Vamos lá. Vamos a fundo. Agradeço

também ao Subprefeito Massal Quita, se ele puder permanecer com a gente, se tiver mais alguma dúvida a gente vai fazer mais alguma pergunta a ele.

O SR. LUIZ MASSAL QUITA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Teixeira) – Na sequência, na convocação está o Sr. Subprefeito Roberto Alves dos Santos, Subprefeito da Vila Prudente, que solicito a leitura do termo de compromisso antes de a gente iniciar a oitiva.

O SR. ROBERTO ALVES DOS SANTOS – Perfeito. “Câmara Municipal de São Paulo – Termo de Compromisso. Eu, Roberto Alves dos Santos, convocado para depor perante a Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as causas e responsabilidades pela recorrência dos incêndios em favelas no Município de São Paulo, bem como as providências que o Poder Público vem adotando para prevenir novos sinistros e o efetivo cumprimento das finalidades dos projetos e programas de assistência a essa população, com prazo de 120 dias, Processo RDP nº 08006/2012, comprometo-me, sob as penas da lei, especialmente nos termos do artigo 342 do Código Penal e do artigo 203 do Código de Processo Penal, a dizer tudo o que sei a respeito da matéria enfocada. São Paulo, 17 de outubro de 2012.” Assinado.

P – Antes de fazer as perguntas e passar para os meus Pares quero já aprovar alguns requerimentos aqui que já são tantos. Vamos rapidinho, primeiro: Vereador Toninho Paiva - convocação dos responsáveis das delegacias envolvidas nos incêndios das regiões de São Miguel Paulista e Jabaquara. Eu vou incluir o da Vila Prudente, pode ser, Vereador Toninho Paiva? Então, também o da Vila Prudente. Mais um requerimento aprovado.

Mais um requerimento à Prefeitura: informações sobre a área localizada na Favela Nair, São Miguel Paulista, pedindo informações à Prefeitura de quem pertence essa área e também mandamos uma documentação à Votorantin, oficializar a Votorantin perguntando se a área é dela e quais providências que ela tomou quanto a esse incêndio. Nenhum Vereador se manifesta. Aprovado mais um requerimento.

Temos também a sugestão do Vereador Toninho Paiva para a gente visitar as

favelas atingidas. Então, fica aqui através da Secretaria acertar a agenda, aonde nós precisamos de representantes legais da Subprefeitura de São Miguel Paulista com a Secretaria da Habitação; também da Secretaria da Habitação com a Subprefeitura do Jabaquara e também da Secretaria de Subprefeitura com a Subprefeitura de Vila Prudente e a Secretaria de Habitação. São três vistorias que faremos nessas três áreas, sendo que na área da Jabaquara vamos visitar também não só a área afetada, mas os apartamentos que estão sendo construídos. Vamos acompanhar essas obras que estão ocorrendo por lá.

Já quero fazer uma nova convocação de outras áreas atingidas e mais três subprefeitos: Subprefeito da Lapa, o Sr. Ailton Araújo Brandão; o Subprefeito da Sé, o Sr. Buqueroni; o Subprefeito da Vila Mariana, Sr. Manoel Antônio da Silva. São mais três subprefeitos que serão convocados e peço que a secretaria divulgue as datas dessa convocação, não só dos membros das delegacias envolvidas, mas também dos subprefeitos que estão sendo convocados agora.

Solicitamos também ao Delegado Geral da Polícia Civil mais um requerimento, a investigação de todos os incêndios ocorridos não só em 2012, mas também em 2011. Se possível, secretaria, nos últimos quatro anos, porque esta CPI está apurando os últimos cinco anos. Então, não só 2012, mas dos últimos cinco anos que a gente solicita ao Delegado Geral da Polícia Civil todos os boletins de ocorrência e o andamento das investigações, porque houve aqui, inclusive, a colocação de um membro de uma das comunidades, que falou que não está ocorrendo nenhuma investigação após o incêndio. Então, aqui fica o pedido para que levante, não só neste ano, mas nos últimos cinco anos, não só o B.O., mas todas as investigações que estão ocorrendo e este requerimento é direto para Delegado Geral da Polícia Civil.

Eu acho que estão todos os requerimentos lidos, então está com a palavra a Vereadora Edir Sales.

A SRA. EDIR SALES – Eu gostaria de saber, queria agradecer a presença de

todos os subprefeitos hoje aqui, o Marciano, o Subprefeito Massal, e o Subprefeito Roberto Alves dos Santos e eu gostaria de saber do nosso Subprefeito da Vila Prudente, que esse incêndio que ocorreu, em agosto, se não me engano, no dia 23.

O SR. ROBERTO ALVES DOS SANTOS - Vinte e três.

A SRA. EDIR SALES – Vinte e três de agosto, que foi embaixo do viaduto, da Favela da Vila Prudente, ali, queria saber quais foram as providências tomadas da Subprefeitura da Vila Prudente – Sapopemba, se houve algum indício de que a causa do incêndio tenha sido criminosa, e se a área permanece interditada, e se as famílias que ali foram atingidas estão cadastradas na Subprefeitura ou em Sehab.

O SR. ROBERTO ALVES DOS SANTOS - Bom dia Presidente, bom dia Vereadora Edir, Vereador Toninho Paiva, Vereador Kamia, aos membros da imprensa e assistência em geral.

Respondendo às perguntas: no dia 23 de agosto ocorreu esse incêndio na favela – é um assentamento precário – chamada Favela da Estação, que fica exatamente na confluência da Rua Pacheco Chaves com a Avenida Henry Ford, bem próximo do viaduto.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ROBERTO ALVES DOS SANTOS - É Favela da Estação.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ROBERTO ALVES DOS SANTOS – É uma área pública, trata-se de uma praça pública que foi – é uma invasão já antiga e não fosse o incêndio, não estaríamos questionando a realidade.

No dia do incêndio, 85% da área foi afetada. Isso são informações do Corpo de

Bombeiros. Porque imediatamente, após as 17h, quando foi noticiado o fato, a Defesa Civil, vinculada à Subprefeitura – que nós temos uma atividade, um setor –, foi ao local, confirmou o fato, acionou a Defesa Civil como um todo – porque a primeira atuação do Município é a Defesa Civil; do Estado, Corpo de Bombeiros e a Polícia Militar.

Todo o trabalho inicial, tanto das polícias Militar, da Guarda Civil Metropolitana e da Prefeitura Municipal foi imediato, com a Defesa Civil. Incontinenti todo o aparato do Município, da Subprefeitura, fica à disposição. Até porque, enquanto o trabalho do Bombeiro acontece, não tem intervenção municipal ou qualquer outro tipo de intervenção.

Mesmo após o incêndio consumado, a subprefeitura só tem ação a partir do momento em que a polícia técnico-científica libera a área depois da sua vistoria, do seu trabalho oficial.

Antes da polícia técnico-científica liberar a área, não há ação direta da subprefeitura. Nem pode.

A ocorrência é encaminhada pela Polícia Civil, que é a Polícia Judiciária, a quem cabe toda a competência de levantamento de todas as possibilidades de, inclusive, identificar se há algum indício de crime ou não em relação àquele incêndio.

O Corpo de Bombeiros faz o seu primeiro trabalho e dá continuidade, porque o rescaldo, o rescaldo é continuidade da ação do Corpo de Bombeiros. Mesmo depois do incêndio, naquele momento de o incêndio ser cessado, existe o rescaldo. Tanto que 15 dias após ainda havia focos de incêndio no local.

Por que não há ação imediata? Porque a área continua de risco e por isso ela foi imediatamente interditada, após a liberação, pela polícia técnico-científica, que aconteceu no dia seguinte.

Então, no dia 24 de agosto, assim que a polícia técnico-científica liberou a área a nossa coordenadoria de obras foi até o local, os nossos fiscais foram até o local, interditaram a área por estar totalmente insegura, pelo aspecto já apresentado do risco do rescaldo, de poder

ter focos de incêndio ainda, como pela caracterização da área que foi praticamente dizimada pelo incêndio.

Restaram 28 moradias de todo o complexo da Favela da Estação. Como estas moradias não foram diretamente atingidas pelas chamas, o trabalho de adesão a essas famílias em qualquer tipo de auxílio, da Secretaria de Habitação, é questionado. Porque a verba da Secretaria é especificamente para as moradias que foram dizimadas pela tragédia, pode ser um incêndio, pode ser uma enchente, aí não competia.

Aí veio o trabalho – voltando só um pouquinho no tempo -, assim que tivemos a intervenção no local – perdão -, no mesmo dia do fato, a Secretaria de Assistência Social - que é a primeira atuação do Município, no primeiro cadastramento depois de qualquer tragédia que haja em assentamentos precários – a Secretaria vai e faz o primeiro cadastramento. Secretaria de Assistência Social. Por quê? Porque é o primeiro tipo de atendimento, com o *kit* mínimo de necessidades: colchão, cobertor, uma cesta básica. Para que isso seja oferecido para a necessidade deste primeiro cadastramento.

Nesta oportunidade, foi na mesma noite do dia 23, foram feitos o cadastramento de 138 famílias. No final de semana posterior a este cadastramento, a Secretaria da Habitação usufruiu das instalações da Subprefeitura, que nós oferecemos, para facilitar o cadastramento por Sehab, das famílias que foram atingidas pelo evento.

Na oportunidade, 177 famílias – depois com uma correção para 176, porque houve duplicidade -, foram cadastradas pela Secretaria da Habitação. Então, veja a dificuldade de cadastrar as famílias moradoras nesses assentamentos precários, pela dificuldade de identificação, mesmo. Só os próprios moradores conseguem ter uma visão mais próxima.

Esses números foram ... Por que às vezes demora um pouco para que a Secretaria da Habitação inicie imediatamente qualquer tipo de assistência, para ter, para evitar de ter o usufruto de qualquer falsidade, aproveitamento, oportunismo, os números não batiam. Então, esse trabalho que é feito pela Secretaria da Habitação – aí já não tem vinculação mais com a

Subprefeitura -, para que eles possam ser indenizados.

Como sobraram 28 famílias, ou moradias, o trabalho da subprefeitura, junto à própria comunidade, com alguns representantes da comunidade, e a Secretaria da Habitação, para que essas famílias também pudessem ser atendidas pelo auxílio, o auxílio aluguel e inclusão em programa habitacional, que é justamente o auxílio completo, oferecido a essas pessoas pela Secretaria da Habitação.

Nós, depois de um mês, conseguimos mostrar que apesar de não serem atingidas diretamente pelas chamas, elas foram indiretamente atingidas, porque não há qualquer possibilidade de segurança e vitalidade para essas famílias poderem voltar para suas habitações. Porque elas ficaram despojadas de assistência, naquele momento, de luz, de água, por quê? Imediatamente é reestabelecido pelos órgãos – Sabesp, Eletropaulo – toda a realidade da área, que deveria ter muitos gatos, intervenções clandestinas, que são peculiares aos assentamentos precários, é uma dificuldade.

Então, como houve falta de alimentação de água, de luz, de saneamento básico, essas famílias não podem retornar as suas moradias, por isso foi toda região interditada.

Nós estamos, a Secretaria da Habitação nos informou que na próxima, amanhã, as famílias remanescentes já foram chamadas, serão contempladas com ordem de pagamento e em mais uma semana estarão recepcionando o auxílio aluguel, e é a própria inclusão, e a partir desse momento nós poderemos e deveremos fazer a intervenção pública no local, para desfazer o restante dessas moradias - a área continua interditada - e poder fazer e retomar a praça que outrora havia no local.

A SRA. EDIR SALES – Pela ordem, Sr. Presidente, ainda continuando, creio que por se tratar de assunto incêndio, tem tudo a ver com o comando de bombeiros, o Corpo de Bombeiros.

Então, eu gostaria também de pedir a V.Exa. que convocasse o Coronel José Luiz Masnik, ele que é o ex-Comandante Geral do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo

para que ele possa prestar os esclarecimentos, tendo em vista um assunto tão sério e tão grave.

O SR. TONINHO PAIVA – Essas famílias foram cadastradas? 138?

O SR. ROBERTO ALVES DOS SANTOS - Inicialmente, no dia do evento.

P – Não receberam nada até agora?

R – Não. Essas famílias são cadastradas por SMADS, pela Secretaria da Habitação, para atendimento inicial que, eventualmente, se não tiverem condições de irem para algum destino, terem um colchão, receber um *kit* mínimo de assistência básica.

Posteriormente, é que a Secretaria da Habitação faz o cadastramento para inclusão das famílias em atendimento social.

P – Então não receberam nada?

R – No momento, naquela oportunidade, no dia seguinte elas receberam o que a Secretaria de Assistência pode dar.

P – Que é o *kit* de primeiras necessidades.

R – Eles receberam no dia seguinte, todos.

P – Tá.

R - A Secretaria da Habitação já atendeu, no programa, todas as famílias que tiveram suas moradias dizimadas. Todas. Seguiu-se, simplesmente, um processo legal de cadastramento, de confirmação.

P – Sim, de cadastramento, porém, não pagamento.

R – O pagamento é consequente ao cadastramento, verificação se essas pessoas já estão recepcionadas por algum atendimento; se existe, elas confirmam se são moradoras.

P – Nesse procedimento, foram pagas ou não?

R - A Prefeitura, vou voltar ao que o próprio Coronel Marciano falou. A Subprefeitura não faz nenhum tipo de pagamento; não tem relação com pagamento. A Secretaria da Habitação é que pode dar todo o procedimento e a tramitação.

O que nós acompanhamos e sabemos – até porquê estamos dentro da região e temos o interesse de resolver o mais rápido possível a situação das famílias, principalmente das que permaneceram no local - vamos acompanhamento. E tem esse processamento.

Quanto tempo ele leva? Num final de semana, o evento aconteceu numa quinta, no sábado e domingo já estava sendo feito o cadastro de Sehab, para que pudesse ser agilizado o atendimento imediato das famílias.

O atendimento imediato segue a tramitação da Secretaria da Habitação que, certamente o responsável pela Secretaria, poderá dar o encaminhamento correto. A Subprefeitura ficaria sempre, parcialmente, e não é a sua função estar falando sobre atividades de outra Secretaria.

P – Sim, mas o Coronel Marciano tomou conhecimento do pagamento?

R – O Coronel Marciano tem uma realidade, estou falando da Vila Prudente e da situação pela qual eu sou responsável.

P – Tudo bem, só que esse procedimento é feito no Município de São Paulo. Não há um procedimento para a Subprefeitura de um determinado local e para outra. Esse procedimento é igual.

R – Nossa Subprefeitura fica *subégide* da Hab-Leste, que é outra, são setores e a HabSul é outra. Então, os procedimentos...

P – Mas a Secretaria de Habitação é uma só.

R - Volto a insistir, a Secretária da Habitação, ou alguém da Secretaria da Habitação, vai poder esclarecer exatamente os benefícios.

P – Sim.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. TONINHO PAIVA – À vontade.

O SR. ROBERTO NEY CAMPANHA MARCIANO - Eu acredito que essa diferença esteja acontecendo, como expliquei para os senhores, como lá na região de Jabaquara.

O pessoal todo já está cadastrado, em função do projeto Águas Espaiadas. Então, por isso, talvez tenha sido agilizado o pagamento.

Como no caso da Vila Prudente eles ainda não tinham cadastrado, estão cadastrando, fazendo o levantamento, talvez, por isso, não tenha sido liberado o pagamento.

Então, acho que possa estar acontecendo essa diferença de um para outro.

O SR. ROBERTO ALVES DOS SANTOS - Importante ressaltar que os momentos são diferentes. Os ensejos não aconteceram no mesmo dia.

O SR. TONINHO PAIVA – Mais de 40 dias. O teu foi dia 23 de agosto.

O SR. ROBERTO ALVES DOS SANTOS - Vinte e três de agosto. E as famílias foram atendidas com a brevidade necessária. As famílias que tinham suas residências dizimadas pelo incêndio. As outras famílias nem seriam contempladas.

P – Agora, no local, ainda tem famílias instaladas?

R – Não. O local está interditado.

P – Interditado. Então não tem ninguém.

R – Não, pode até ter, as pessoas ficam, pelas calçadas, embaixo do viaduto, não podemos retirar as pessoas.

P – Sim.

R – Nós aconselhamos, inclusive, que eles procurem, os albergues estão disponíveis desde o evento, são dois albergues que atendem a região.

As famílias que não tinham nenhum tipo de destino, recorreram aos albergues. As demais famílias procuraram outras alternativas e não houve reclamação, de momento.

O que fizemos e estava fora desse contexto é a continuidade das tratativas: Subprefeitura, representante dos moradores e Secretaria da Habitação para que essas famílias – que não tiveram suas casas dizimadas e não seriam atendidas inicialmente, pelo mesmo recurso, é questão de recurso – pudessem ser atendidas também. E isso foi consolidado. A Secretaria da Habitação entendeu esse processo que, apesar de não terem sido destruídas,

não têm qualquer condição de retomada das famílias, elas precisam ser desfeitas.

Essas famílias – 28 famílias – já estão sendo contempladas. Foram cadastradas e já vão receber, amanhã, informação da Secretaria da Habitação, a ordem de pagamento do auxílio-aluguel e, possivelmente, na semana seguinte, a recepção do numerário.

A partir desse momento é que faremos a intervenção com máquinas para limpeza, para retomada e atuação pública no local.

P – A área, hoje, se encontra interditada?

R – Interditada.

P – Não é do seu conhecimento se essa área municipal está destinada para alguma...

R – Não, ela já tem uma destinação que ela é uma praça pública. Ela, simplesmente, precisa ser retomada essa situação: de uma praça pública no local. Isso já existe. Já está definido. Ela é uma praça. Ela não deixou de ser um praça. Foi uma praça que foi invadida.

P – Ah, era uma praça?

R – É uma praça. Era, não. É uma praça.

P – Tem denominação a praça?

R – Olha, a praça chama-se Praça Pacheco Chaves. Não tem... É, Pacheco Chaves.

P – Não, porque deveria ter uma denominação a praça. Já aconteceu de outras praças, denominadas, serem invadidas.

R - Para nós, independente de ter denominação ou não, ela é uma praça pública e deve ser mantida pelo Poder Público.

P – É uma área pública.

R – Não se trata nem de praça.

P – É uma praça. Está dentro do cadastro constando como uma praça.

A SRA. EDIR SALES - Já aproveitando o ensejo, há algum projeto...

O SR. TONINHO PAIVA - Não conheço essa palavra, de que está no cadastro como praça. Então vou procurar conhecer. Ela é uma área pública.

O SR. ROBERTO ALVES DOS SANTOS - É importante. As áreas públicas têm destinação, elas podem ser uma instalação, um prédio, uma praça.

O SR. TONINHO PAIVA - (inaudível) ... pode ser...

O SR. ROBERTO ALVES DOS SANTOS - Toda vez que é destinada alguma coisa para uma área pública, ela pode ter uma denominação.

O SR. TONINHO PAIVA - Sim, pode ser até uma praça, como poderá por uma edificação, uma área de escola, de ...

O SR. ROBERTO ALVES DOS SANTOS - Ela pode até mudar a destinação Nisso, o senhor tem razão. Pode até alterar, se atender a comunidade, pode ser. Mas não é o caso de momento.

A SRA. EDIR SALES - Aproveitando o ensejo, há um projeto de revitalização da praça?

O SR. ROBERTO ALVES DOS SANTOS - A integração vai ser imediata. Não foi feito ainda, porque existe esse lapso para atendimento dessas famílias. A partir do momento que essas famílias estejam atendidas, a intervenção é imediata para recuperação da área, tornando, e revitalizando a praça, o calçamento, a calçada e toda... Ali é o único acesso de ligação dessa parte da Vila Prudente e da Mooca para a CPTM. Então, é importante que esteja livre, liberada, para que essa ligação seja mais correta, mais facilitada, perdão.

A SRA. EDIR SALES - É muito comum em algumas favelas, comunidades agora falando, existir uma associação entre eles ali. Eles montam uma associação e eles têm alguma resposta nesse sentido? Se houve, por exemplo, um conflito interno, se houve negligência, principalmente, na falta de estrutura como 'gatos', eletricidade ilegal, houve alguma conversa nesse sentido? Houve alguma apuração nesse sentido, Subprefeito?

O SR. ROBERTO ALVES DOS SANTOS - Só queria entender a questão. Vou clarear. Esse assentamento precário não tem essa organização. Na favela da Vila Prudente, que é bem próximo, existe essa associação e ela responde, praticamente anexou esse pedaço, essa parte, e ela representa.

Então as lideranças da favela da Vila Prudente estiveram no dia, inclusive, até para facilitar o trabalho de identificação das famílias que realmente permaneciam nesse assentamento e que deveriam ser atendidas.

Agora, a realidade dos 'gatos', das intervenções que eles mesmos fazendo, é uma realidade visível, mas não temos esse controle de saber como é feito.

A própria Eletropaulo considerou – o trabalho que tiveram com os 'gatos' – inacreditável, porque era para ter acontecido algum evento há mais tempo, tal a quantidade de fios que eram puxados e que faziam ligações clandestinas. Mas aí nós não temos esse posicionamento oficial para passar.

A SRA. EDIR SALES - Obrigada.

O SR. TONINHO PAIVA - Quanto tempo você já está à testa da Administração?

O SR. ROBERTO ALVES DOS SANTOS - Um pouco mais de 20 meses.

P – Vinte meses. Essa favela está instalada há quanto tempo?

R – É bem anterior, eu não sei.

P – É antiga?

R – Antiga.

P – Também você não tem essa informação, de quanto tempo?

R – Não, precisa não. Como ela é anexa à favela da Vila Prudente e a favela da Vila Prudente é a mais antiga de São Paulo, ela pode ter essa realidade extensiva a esse tempo, mas não sei precisar para o senhor.

P – Não houve vítima?

R – Não, não houve vítima. Todo o trabalho de atendimento da Polícia Militar,

quanto do Corpo de Bombeiros, da Defesa Civil, da Subprefeitura foi feito imediatamente. As pessoas foram retiradas e as que pretendiam retornar para buscar alguns bens – as pessoas ficam com interesse de salvar alguma coisa -, encontraram a área totalmente bloqueada pelo Corpo de Bombeiros para que a ação pudesse acontecer sob os baixos do viaduto. Praticamente, as pessoas acabaram se concentrando fora do alcance das chamas.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Teixeira) – Preciso informar isso: o nobre Vereador Ushitaro Kamia nos deixou, pois precisou ir à Comissão de Trânsito e Transportes, da qual também faço parte. Também o nobre Vereador Toninho Paiva precisa sair para participar da reunião da Comissão de Política Urbana.

Antes disso, porém, preciso avisar meus pares que temos de eleger um novo Relator, uma vez que o nobre Vereador Aníbal de Freitas saiu de nossa comissão, mas podemos fazer isso na próxima reunião.

Tem dois requerimentos que gostaria de aprovar, da nobre Vereadora Edir Sales.

O SR. TONINHO PAIVA – Sr. Presidente, pela ordem, e pela oportunidade que V.Exa. coloca da desistência do Relator, gostaria de sugerir que fosse feita uma reunião extraordinária para que pudéssemos, realmente, até o que podemos resolver, levar ao conhecimento do Presidente da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Teixeira) – Houve também a desistência do nobre Vereador Souza Santos e a do Vereador Aníbal de Freitas. Acho que precisamos levar ao Sr. Presidente para que os partidos façam essa nova indicação e que nós, entre nós, decidamos quem vai ser o novo Relator.

O SR. TONINHO PAIVA – Perfeitamente. Então, mas sugiro, mais uma vez que possamos nos reunir.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Teixeira) – Extraordinariamente.

O SR. TONINHO PAIVA – Após o plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Teixeira) – Farei isso na data de hoje mesmo.

O SR. TONINHO PAIVA – Para que possamos conversar com o Sr. Presidente, porque vão vir as informações solicitadas e teremos de ter o Relator, teremos de ter a comissão com todos os membros.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Teixeira) – Acatado, Sr. Vereador.

Estou aprovando o convite, e não convocação, do Coronel José Luiz Naznik, ex-Comandante Geral do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, para prestar esclarecimentos sobre as causas dos incêndios verificados no Município de São Paulo.

Como são dois coronéis, um ex e um atual, também faço...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Teixeira) – Como? Maznik. Estou fazendo a leitura do requerimento da nobre Vereadora Edir Sales.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Teixeira) – É o da Vila Prudente? Então, recuperando, não é o Comandante Geral e, sim, o Comandante da região da Vila Prudente.

Também o Coronel Marcos de Oliveira. É isso? (Pausa)

Marcos de Oliveira, Comandante Geral do Corpo de Bombeiros ou Comandante da região?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Teixeira) – Geral. É isso? (Pausa)

Geral? Marcos de Oliveira. Deve ser da região da Vila Prudente. Para prestar esclarecimentos sobre as causas dos incêndios verificados também na região.

Então são mais dois requerimentos aprovados.

Então já falei do novo Relator e teremos de aprovar isso ainda hoje no plenário.

Quero fazer uma última pergunta para o Coronel Roberto Alves dos Santos.

O SR. ROBERTO ALVES DOS SANTOS – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Teixeira) – Tem Previn nessa favela que pegou

fogo?

O SR. ROBERTO ALVES DOS SANTOS – Não. Não tem Previn não. O programa foi definido – à época que foi, o Corpo de Bombeiros e a Defesa Civil -, pelo registro de eventos já acontecidos outrora. Elegeram 50 assentamentos precários dos mil e seiscentos que tem. Aqueles que têm maior dificuldade de acessibilidade ou de atendimento, questão de hidrante, questão de atendimento para o trabalho do Corpo de Bombeiros.

Então a favela da Vila Prudente, que fica do lado, ela tem o Predin instalado, mas esse assentamento não, até porque é fácil o acesso, é fácil a chegada e a ação dos Bombeiros. É uma premissa para que o programa seja estabelecido.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Teixeira) – Para encerrar, quero só pedir para a Secretaria que essas vistorias marcadas nas três Subprefeituras, e com data a posteriori a ser divulgada, que seja acompanhada pela TV Câmara São Paulo e divulgado fartamente para a Imprensa para que nos acompanhem.

Agradeço a presença de todos. Não mais havendo, declaro encerrada a 4ª reunião da CPI dos Incêndios.

A secretaria enviará aos membros a convocação, por *e-mail*, para a próxima reunião.

Obrigado. Boa Tarde.

Estão encerrados os trabalhos.